



1ª Assembleia Participativa "Habitação: O verdadeiro desafio para os imigrantes" **29.10.2022**

No dia 29 de outubro de 2022, pelas 15 horas, em colaboração com diversos parceiros, entidades públicas e outros agentes que trabalham na área das migrações, associações de imigrantes, associações de moradores, técnicos imobiliários, a população imigrante, ativistas e representantes políticos, o projeto Conselho Local de Imigrantes, promovido pela EAPN Portugal, realizou a sua primeira assembleia Participativa com o tema: "Habitação: O Verdadeiro Desafio para os Imigrantes".

Pretendia-se com esta assembleia, o debate, a análise e a reflexão sobre os principais desafios enfrentados pelos imigrantes no acesso à habitação, ao arrendamento, à compra de casa e a outros apoios de habitação social. Da mesma forma, receber ideias e propostas – em especial, da população imigrante – sobre como minimizar alguns destes desafios e promover assim um diálogo participativo da sociedade civil.

A assembleia contou com trinta e cinco participantes e a presença de cinco oradores no painel de debate. A Chefe do Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão do CNAIM, Dr.ª Flávia Tourinho. O assessor da Vereadora da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, Dr.º José Luís Tavares. A investigadora do centro de investigação do CEG - IGOT UL, Dr.ª Marina Carreiras. A segunda investigadora do centro de investigação do CEG – IGOT UL e membro da Rede H, Dr.ª Ana Estevens. O consultor imobiliário e ativista, Dr.º Edson Lázaro. Todos os oradores forneceram um precioso contributo na análise da histórico social e política das condições de habitação em Portugal.

A intervenção da Dr.ª Flávia Tourinho, Chefe do Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão do CNAIM, incidiu sobre a missão e os serviços do ACM – Alto Comissariado para as Migrações. No caso da habitação – assinalou que o ACM não tem uma resposta direta, mas o gabinete do GASI (Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão) presta o apoio necessário nos pedidos de habitação, fazendo a caracterização do agregado familiar e reencaminhando pessoas para alojamentos temporários – um trabalho que é feito em proximidade com as Câmaras Municipais.

A Dr.ª Flávia Tourinho reforçou a existência do programa PORTA DE ENTRADA, em que o ACM acompanha as pessoas que precisam de apoio, em articulação com vários municípios e também com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Este programa pretende dar resposta a situações de necessidade de alojamento urgente de pessoas que se vejam privadas, de forma temporária ou definitiva, da habitação ou do local onde mantinham a sua residência permanente ou que estejam em risco iminente de ficar nessa situação, em resultado de acontecimento imprevisível ou excecional. Neste momento, 106 conselhos/municípios já aderiram ao programa.

Entidade Promotora



Entidade Cofinanciadora



Ainda no âmbito da habitação, o gabinete de apoio jurídico do ACM tem recebido inúmeros pedidos de informação sobre contratos de arrendamento e despejos, pedidos de esclarecimentos e cartas a senhorios. Nestes casos, o ACM presta informações à população imigrante tentando minimizar e resolver algumas destas situações.

A segunda intervenção do painel de oradores ficou a cargo do Dr. ^o José Luís Tavares, assessor da Senhora Vereadora da Habitação, Filipa Roseta. De acordo com as suas palavras, a questão da habitação não é exclusiva da comunidade imigrante e não é um problema novo para quem conhece a realidade do país. O desafio é maior e reflete-se quer a nível nacional, quer ao nível das autarquias, fruto da especulação imobiliária num país de baixos salários. Naturalmente, quem ganha 700 euros líquidos, não consegue ter acesso à habitação.

Fazendo um breve resumo sobre o problema da habitação que remonta o final do século XIX e o século XX, sobre a vinda de população rural para a grande metrópole, entre os anos 70 até meados dos anos 80, foram construídos muitos fogos para dar resposta à erradicação das barracas. Mais de 16.000 fogos no âmbito do programa PER (Programa Especial de Realojamento), um processo que se revelou demorado e que tinha como missão acabar com os bairros de barracas, dando resposta a mais de 30.000 pessoas. Em 28 concelhos foram construídos perto de 35 mil fogos. Na cidade de Lisboa, em menos de 20 anos – no âmbito dos Programas PIMP e PER – foram construídos 16632 novos fogos de habitação municipal, sendo 9135 PER.

Assim, para o Dr. ^o José Luís Tavares, o problema da habitação não é uma coisa nova. Por vezes, não basta dar casas as pessoas, é preciso olhar para o que é preciso fazer, nomeadamente a questão dos direitos humanos. Diz que o município está atento a todos os problemas e continua a trabalhar com todas as associações e agentes locais. A ambição maior é acabar com a pobreza dos bairros municipais, elegendo o ano de 2023 como o ano de desenvolvimento local.

Para isso, desde 7 de maio último, a Câmara Municipal de Lisboa deu início às comemorações dos trinta anos do PER, com o objetivo de erradicar as barracas em concelhos da área metropolitana de Lisboa e Porto – um programa que ainda serve para a promoção da construção da habitação pública no Portugal Democrático.

A terceira intervenção ficou registada pela investigadora do centro de investigação do CEG - IGOT UL, Dr.^a Marina Carreiras, que fez um breve diagnóstico sobre o acesso à habitação por parte dos imigrantes, concluindo que estes se encontram em desvantagem relativamente à população portuguesa.

Na situação da cidade de Lisboa, que é a capital do país e muito atrativo, o número da população estrangeira tem vindo a aumentar. O aumento tem sido mais significativo no centro histórico ocidental e meio envolvente, o que provoca maior diversidade cultural e a nível do comércio.

Portugal tem sido apontado como um bom país de políticas públicas para imigrantes, mas no âmbito da habitação, o problema tem sido estrutural. As condições da habitação dos imigrantes desde 2011, é mais desvantajosa. Sobrerrepresentados em condições menos dignas de habitação, em edifícios precários e desadequados, alojamentos sobrelotados, os imigrantes estão mais dependentes do mercado de arrendamento em condições desvantajosas com contratos de curto prazo e rendas mais altas, além de enfrentarem barreiras linguísticas e culturais, desconhecimento de direitos e de informação relevantes, menos apoios de redes sociais, precariedade laboral, discriminação e racismo.

Entidade Promotora



Entidade Cofinanciadora



Para simplificar o acesso dos imigrantes à habitação, Dr.^a Marina Carreiras deixou importantes reflexões e medidas que poderiam ser tomadas. Entre as quais, a realização de um diagnóstico da situação residencial dos migrantes (à escala municipal e dos bairros); a dinamização do mercado de arrendamento a preços acessíveis; a implementação de medidas específicas direcionadas para os territórios onde os imigrantes se encontram sobre representados; campanhas de sensibilização junto dos senhorios e de associações de proprietários contra a discriminação que demonstrem a relevância dos inquilinos migrantes no mercado de arrendamento; assim como outras medidas gerais de apoio à integração de imigrantes que passam desde a programas de ensino do português, ao apoio à inserção dos migrantes no mercado de trabalho e o apoio às associações de imigrantes e entidades que trabalhem diretamente com as comunidades imigrantes.

Para a quarta intervenção no painel de oradores, contámos com a participação da investigadora do centro de investigação do CEG – IGOT UL, Dr.^a Ana Estevens que analisou o tema da habitação também como um problema estrutural que se tem agravado nos últimos anos e que não é exclusivo da população imigrante. Apesar disso, carece de vontade política, pois sem essa vontade a situação nunca se vai resolver.

Os diagnósticos foram feitos ao longo vários anos, mas o que se tem vindo a perceber é que nos últimos anos a habitação tem sido alvo de especulação imobiliária e atrativo de capitais, de investimento imobiliário e do turismo. A partir da década de oitenta, a cidade de Lisboa sofreu alterações profundas. Houve uma variação da população. Nas freguesias do centro histórico, a diminuição da população foi bastante intensa, nomeadamente, nas freguesias mais habitadas pela população imigrante.

Em 2010 e 2020, os valores médios de arrendamento aumentaram 54,68 %. Na área metropolitana de Lisboa em 2017, 100 metros quadrados custavam cerca de 700 euros, atualmente são 900 euros e esta dinâmica não está associada aos salários nacionais, já que o salário mínimo é de 705 euros. O alojamento local em 2009 estava registado em 46%, mas em 2014 quando foi facilitado o regime jurídico, esse número aumentou.

O que se tem assistido, segundo o entendimento da Dr.^a Ana Estevens, é a uma desvalorização da função social da habitação. A habitação passou a ser um investimento financeiro que contribui para aumentar a lógica da especulação, com um peso muito grande para a população imigrante, gerando precaridade residencial, sobrelotação e sobre arrendamentos. Atualmente, já não se fala de uma casa, de um quarto, mas de uma cama que chega a custar 250 euros mais despesas, e isto dito por um cidadão guineense com quem teve contato.

O Estado e a autarquia têm liberalizado as políticas de habitação, incentivando o financiamento privado para uso turístico e habitação de luxo e, tudo isto, tem contribuído para uma geografia urbana desigual que se vai agravar bastante nos próximos anos, sendo que apenas a vontade política poderá travar isto.

Como último orador, contámos com a presença do Dr. ^o Edson Lázaro, ativista e consultor imobiliário que falou sobre a sua experiência pessoal e profissional no que concerne ao acesso à habitação por parte dos imigrantes, em especial, imigrantes provenientes dos países PALOP e a segunda geração, assim como aspetos legais e sociais que influenciam e impedem que esse acesso seja mais igualitário.

Entidade Promotora



Entidade Cofinanciadora



Terminadas as interposições do painel, o que se seguiu foi um pequeno debate com três intervenções, devido ao pouco tempo de que dispúnhamos. A primeira intervenção foi realizada por Mariana Hancock, representante do CEPAC – Centro Padre Alves Correia e também dinamizadora de uma das mesas de trabalho, que questionou ao Dr. ^o José Luís Tavares, assessor da Senhora Vereadora da Habitação, sobre as políticas que estavam a ser planeadas no âmbito do Pelouro da Habitação, ressaltando a importância da auscultação das associações de imigrantes que trabalham no terreno para o conhecimento das problemáticas que afetam a população imigrante, em especial, na área da habitação.

A segunda intervenção partiu de Nilzete Pacheco, representante da ALCC- Associação Lusofonia Cultura e Cidadania, uma associação de imigrantes localizada na zona do Lumiar, arredores de Lisboa. Nilzete falou primeiramente sobre a pouca vontade política em resolver as questões da habitação em Lisboa, concordando com a posição apresentada pela Dr.^a Ana Estevens. No entanto, apontou para o facto de os investigadores não fazerem investigações sobre esse tema fora do Centro Histórico de Lisboa, algo que considera que tem que mudar na academia e nas universidades, pois muitos imigrantes moram em bairros fora do centro da cidade de Lisboa e esta realidade é desconhecida porque não existem estudos sobre a matéria.

Apresentou o caso da Alta de Lisboa onde estão a ser feitos prédios de luxo, mas que os imigrantes não conseguem aceder, tendo que se fixar em bairros próximos onde as condições não são as mesmas.

No caso de Santa Clara, atualmente os quartos custam trezentos euros e grande parte das habitações sociais estão ocupadas indevidamente. Por outro lado, reportando ao associativismo, Nilzete explicou que as associações não querem instalar as suas sedes nestes bairros sociais por conta do problema da habitação social e da insegurança se agravou, sendo que várias associações têm corrido o risco de trabalhar aí.

Ainda sobre o caso de Santa Clara, que tem a maior parte de população imigrante proveniente dos países PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa com casas) as casas se encontram sobrelotadas e as lojas sociais que existem poderiam ser reabilitadas para a habitação. Muitas associações pedem esse alojamento, mas não recebem qualquer resposta. Nilzete concluiu a sua intervenção, reforçando que seria importante obter respostas da vereadora da habitação sobre que políticas públicas estão a ser feitas e o que se vai fazer no futuro próximo. Assim como pensar a cidade de Lisboa como um todo, inclusive, nos bairros limítrofes e não apenas determinadas freguesias do centro.

A última intervenção foi realizada por Luís Castro, coordenador da Associação Vizinhos de Arroios que refletiu sobre as problemáticas do sector da habitação nos bairros do centro de Lisboa, a pressão da especulação imobiliária e dos alojamentos locais. Atentou para o caso específico dos imigrantes, vítimas de maiores abusos e discriminações, sendo que isso ia contra os direitos humanos fundamentais, uma vez que o direito à habitação é um dos mais importantes e essenciais.

Questionando o Dr. ^o José Luís Tavares, assessor da Senhora Vereadora da Habitação, sobre se haveria uma recolha de dados ou fontes oficiais de informação que pudessem aferir o número de imigrantes que se encontram neste momento com pedidos de habitação pendentes, terminou a sua intervenção com idêntica pergunta das intervenções anteriores: que políticas públicas estão a ser pensadas na área da habitação pela Senhora Vereadora, Filipa Roseta?

Entidade Promotora



Entidade Cofinanciadora



As perguntas foram respondidas pelos oradores. De acordo com Dr. ^o José Luís Tavares, em sede de Lisboa existem 48 mil habitações vazias, que tem a ver com questões de herança e problemáticas entre senhorios e os inquilinos. 800 habitações das 22 mil geridas pela GEBALIS foram ocupados de forma abusiva. O que se está a procurar fazer agora é alocar 30 milhões de euros para que a Gebalis consiga reabilitar essas habitações e dar resposta aos pedidos. Segundo o Dr. ^o José Luís Tavares não há nenhuma família que seja desalojada sem que haja uma resposta por parte do município. Respondendo especificamente à questão lançada por Luís Castro, coordenador da Associação Vizinhos de Arroios, informou que não é possível quantificar os imigrantes por uma questão de RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

A Dr.^a Ana Estevens fez um breve parêntesis sobre a questão colocada por Nilzete Pacheco da ALCC- Associação Lusofonia Cultura e Cidadania, concordando com a existência dos poucos estudos apresentados por investigadores sobre os imigrantes fora do centro histórico de Lisboa, uma realidade que deve mudar.

Terminado o painel e o debate, ocorreu uma breve pausa de quinze minutos. No regresso, foram criadas duas mesas de trabalho. Mesa 1 (dinamizada por Mariana Hancock, em português) e Mesa 2 (dinamizada por Farhana Akter, em inglês). O objetivo destas mesas de trabalho era o de recolher ideias e propostas de políticas públicas que pudessem contribuir para um melhor acesso à habitação para os imigrantes e mitigação de alguns dos desafios anteriormente apresentados.

Desta forma, na Mesa 1 (Português), foram apresentadas as seguintes propostas e reflexões:

- 1) Maior supervisão sobre o arrendamento ilegal;
- 2) Regulação dos valores máximos de arrendamento;
- 3) Medidas destinadas a facilitar o acesso ao crédito bancário aos imigrantes;
- 4) Envolvimento de imigrantes e associações que forneçam respostas sociais, para a discussão e formulação de políticas públicas de habitação;
- 5) Questionar o governo sobre as medidas adotadas ao abrigo das recomendações apresentadas no Relatório Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Habitação;
- 6) Levantamento das necessidades de habitação e diagnósticos mais rigorosos que tenham em conta os indicadores discutidos e construídos com toda a população do território representado;
- 7) O tema do acesso à habitação está a ser abordado na generalidade, mas é necessário um maior foco nas necessidades particulares dos territórios e populações que os habitam;
- 8) Criação de uma comissão para acompanhar a situação habitacional de quem está em processo de regularização;
- 9) Mais habitação para apoio social de emergência;
- 10) Maior transparência na oferta de habitação por parte das entidades públicas.

Entidade Promotora



Entidade Cofinanciadora



Na mesa número 2 (Inglês), foram obtidos os seguintes resultados:

- 1) Fornecer mais informações dentro e fora do país sobre como obter documentação básica para alugar uma casa, para isso se poderia incluir a parceria das embaixadas e de outras entidades públicas com responsabilidades na área das migrações;
- 2) Restringir o preço por metro quadrado de uma casa para arrendar;
- 3) Criar mecanismos na lei que não aumentem o preço das rendas, acima da inflação;
- 4) Retirar da lei a figura do fiador e aumentar o número dos meses de renda como forma de garantir o compromisso de pagamento;
- 5) Criar um gabinete público onde os imigrantes possam reportar casos de fraude, abusos e discriminação no processo de arrendamento ou de compra de uma casa;
- 6) Eliminar barreiras ao acesso público à habitação, como por exemplo, quando um imigrante com menos de dois anos de residência não se pode candidatar a programas de habitação pública.

As propostas foram entregues no final da Assembleia, tendo ficado acordado a realização de uma reunião preliminar com todos os interessados para a elaboração do documento final a apresentar publicamente.

Sem mais a acrescentar, a Assembleia terminou às dezanove horas e trinta minutos.

Raquel Rodrigues (Coordenadora do Projeto)

Inácia Sá (Técnica do Projeto)

Entidade Promotora



Entidade Cofinanciadora





3ª Assembleia Participativa "Inclusão e Exclusão: Os imigrantes têm de ser ouvidos" 22/07/2023

No dia 22 de julho de 2023, pelas 15 horas, em colaboração com o Alto Comissariado para as Migrações, entidades públicas e outros *stakeholders* relevantes que trabalham na área da migração, o projeto Conselho Local de Imigrantes, promovido pela EAPN Portugal, realizou a sua terceira assembleia Participativa com o tema: "Inclusão e Exclusão: Os imigrantes têm de ser ouvidos".

Pretendia-se com esta assembleia, o debate, a análise e a reflexão sobre os principais desafios de acolhimento e integração dos imigrantes em Lisboa. Da mesma forma, pretendia-se receber ideias e propostas – especialmente da população imigrante – sobre como minimizar alguns destes desafios e promover assim uma integração mais bem-sucedida.

A assembleia contou com vinte e três participantes e a presença de quatro oradores no painel de debate. A Câmara Municipal de Lisboa, representada pela Dr.ª Joana Clemente. A Junta de Freguesia de Arroios, representado pelo Dr. Luís Sousa. A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e CICS NOVA, representada pela investigadora Doutora Dulce Pimentel. A Fundação Cidade Lisboa, Dr.ª Rute Machado.

A intervenção do Dr. Luís Sousa, incidiu sobre os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos pela Junta de Freguesia de Arroios. Nomeadamente os passos que têm vindo a ser realizados, estes passam pela organização de diversos grupos focais que abordam as necessidades dos imigrantes que vivem da Freguesia de Arroios. Especificamente ligadas ao apoio de procedimentos burocráticos e a inclusão a partir do âmbito cultural e religioso e que têm a finalidade de colocar todos os cidadãos em pé de igualdade. À semelhança de outras freguesias a nível nacional, a JF de Arroios pretende desenvolver um guião de apoio ao imigrante com base na participação direta da sua

comunidade. Apesar de já existirem alguns manuais deste género, a maior parte das Juntas de Freguesia continuam sem abordar a questão do apoio à inclusão do imigrante.

A investigadora Doutora Dulce Pimentel, na sua intervenção apresentou algumas considerações sobre a imigração em Portugal bem como os desafios que os migrantes e as sociedades de acolhimento enfrentam. Foi nos também apresentado os fatores que influenciam a integração, o que mudou na política de integração e o que as sociedades de acolhimento aprenderam nos últimos anos.

Com base nos dados retirados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e do INE (Instituto Nacional de Estatística), a investigadora mostra-nos que entre 2011 e 2021 o número de estrangeiros em Portugal tem aumentado, correspondendo em 2021 a 7,5% à população residente em Portugal, dos quais 52,4% são homens. A faixa etária destes imigrantes é entre 20-49 anos, ou seja, é uma população jovem.

As 10 principais nacionalidades estrangeiras residentes em Portugal são, respetivamente, brasileiros, britânicos, cabo-verdianos, indianos, italianos, angolanos, franceses, ucranianos, nepaleses e guineenses.

Os dados de 2021 mostra-nos que 41,2% da população estrangeira reside no município da Vila do Bispo, seguido da região de Albufeira (37,1%), Odemira (36,7%), Aljezur (36,4%), Lagos (35%) e Lisboa (20%).

Dulce Pimentel conseguiu fazer uma boa caracterização da população estrangeira em Portugal, mostrando-nos assim que ela não é homogénea, o que torna a diversidade um desafio à integração. No entanto, existem vários fatores que influenciam a integração:

- Emprego
- Domínio da língua portuguesa
- Rede social
- Acesso a direitos
- Comunidade instalada em Portugal
- Estabilidade e Coesão social
- Recetividade aos estrangeiros
- Diferenças culturais
- Recursos e estruturas existentes
- Política Pública clara de integração

É certo que existem algumas mudanças na política de integração e Portugal tem seguido uma abordagem mais holística das migrações adotando um conjunto de estratégias de atuação concretas na área das migrações, como o Plano para a Integração de Migrantes, Plano Estratégico para as Migrações, o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações e ainda a criação de uma Agência para a Integração, Migrações e Asilo.

A investigadora considera que ainda é prematuro fazer uma avaliação dos resultados, contudo estas políticas de integração são essenciais. A integração exige ação descentralizadas dos organismos do estado e é importante “local turn” bem como a sinergia de conhecimento das diferentes entidades para promover uma integração mais bem-sucedida.

Na sua intervenção, a Dr.^a Joana Clemente, deu a conhecer o Portal Lisboa Acolhe¹, em parceria com a Casa do Brasil. Neste portal podemos encontrar todas as informações úteis sobre saúde, habitação, regularização, igualdade de género, discriminação étnico-racial, entre tantos outros temas, fundamentais para as pessoas migrantes que vivem ou que queiram viver em Lisboa. No Âmbito da Educação, a Câmara Municipal de Lisboa proporciona cursos de dez línguas para estrangeiros, bem como desenvolve o projeto Academia.CV.pt, que tem como objetivo capacitar a comunidade educativa para a integração das crianças migrantes inseridas no sistema de ensino. No que respeita à integração no mercado de trabalho. A CML, em parceria com APEA- Associação Portuguesa de Emprego Apoiado e a Fundação Aga Khan Portugal, desenvolveu o Programa RedEmprega Lisboa com o fim de reforçar a resposta de empregabilidade na cidade de Lisboa, promovendo assim mais oportunidades de trabalho para pessoas em situação de risco e de exclusão social. Para a promoção da interculturalidade e inclusão dos migrantes, a CML organiza diversas atividades, incluindo a festa da diversidade que reúne todas as comunidades que queiram participar e criar um espaço de diálogo e integração.

Terminado o painel e o debate, procedeu-se a uma breve pausa de quinze minutos. No regresso, foi lida uma história de Farhana Akter, participante do projeto, e de seguida,

¹ <https://www.facebook.com/lisboaacolhe/>

pedimos aos participantes que procurassem desenvolver ideias e propostas de políticas públicas que pudessem contribuir para integração mais bem-sucedida em Portugal.

A Dra. Rute Machado fez-nos chegar a apresentação da Fundação Cidade Lisboa via vídeo. A Fundação Cidade Lisboa age em três eixos centrais; Educação para a Cidadania; Inclusão e Interculturalidade e; Desenvolvimento e Sucesso Escolar. Através das suas ações com imigrantes a FCL apontou os seguintes fatores de exclusão;

- Constrangimentos à legalização
- Dificuldade de acesso aos serviços públicos
- Barreiras linguísticas
- Discriminação e xenofobia
- Barreiras económicas
- Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho
- Desconhecimento do sistema do ensino local
- Falta de comunicação com as escolas e com os professores
- Falta de compreensão dos professores e dos atores escolares
- Dificuldades na gestão de turmas multiculturais

O que a Fundação Cidade Lisboa defende como medidas de apoio à população imigrante:

- Apoio à legislação
- Apoio no contato com os serviços
- Informação sobre direitos e responsabilidades
- Formação em Língua Portuguesa
- Formação para o Mercado de Trabalho
- Apoio à inclusão sócio-cultural
- Apoio social
- Mediação intercultural para a inclusão apoiada
- Sensibilização na comunidade de acolhimento
- A criação de respostas adequadas para a integração dos alunos migrantes
- A sensibilização das escolas para a interculturalidade

- A formação de professores e pessoal não docente
- A criação de recursos pedagógicos específicos para os alunos de PLNM
- Apoio individualizado e em pequenos grupos em contextos de diversidade
- Maior reflexão sobre a temática das migrações na educação em Portugal

Para a promoção destas medidas a Fundação Cidade Lisboa promove ou é parceiro nos seguintes projetos; Passaporte para a Cidadania²; EI - Educação pela Integração³; ACADEMIA.CV.PT⁴ e Puxar pela Língua⁵.

Recomendações para uma integração mais bem-sucedida dos migrantes em Portugal:

- Criação de espaços em horário não laboral para que os migrantes se possam conectar com nativos (buddys)
- A integração deve ser feita de ambos os lados. Existe claramente uma falta de respostas para dar conta das necessidades das pessoas
- Requalificação profissional dos migrantes- Integrar pessoas altamente qualificadas no mercado de trabalho
- Olhar para os migrantes e ver de que forma é que eles podem ajudar a desenvolver o país. Há imensos migrantes qualificados que só conseguem arranjar trabalho no sector terciário
- Manual de Direitos e Deveres nas mais diversas línguas de modo a combater as *fake news* sobre a migração (pois não é um conto de fadas como muitos imigrantes fazem parecer aos outros com intenção de imigrar)
- Derrubar estereótipos dos imigrantes
- Criar mais oportunidades de trabalho para a população migrante

² <https://www.fundacaocidadedelisboa.pt/pt/intervencao-iniciativas-projetos/projetos-em-curso/passaporte-para-a-cidadania/passaporte-para-a-cidadania-iii.html>

³ <https://renovaramouraria.pt/pt/ei-educacao-pela-integracao/>

⁴ <https://www.academia-cv.pt/>

⁵ <https://www.fundacaocidadedelisboa.pt/pt/intervencao-iniciativas-projetos/projetos-em-curso/puxar-pela-lingua/puxar-pela-lingua.html>



4ª Assembleia Participativa "Direito à Saúde dos Imigrantes na cidade de Lisboa" 29/09/2023

No dia 29 de setembro de 2023, pelas 15 horas, em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações, entidades públicas e outros *stakeholders* relevantes, o projeto "Conselho Local de Imigrantes," promovido pela EAPN Portugal, realizou a sua quarta Assembleia Participativa com o tema: "Direito à Saúde dos Imigrantes na cidade de Lisboa."

O objetivo principal desta assembleia foi promover o debate, análise e reflexão sobre os principais desafios enfrentados pelos imigrantes no sistema de saúde em Lisboa e propor medidas concretas para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde para essa população.

A assembleia contou com a participação de vinte imigrantes e a presença de sete oradores no painel de discussão. Entre os oradores estavam representantes da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., o Dr. Bruno Castro e Dr. Daniel Resendes, da Associação Saúde das Mães Negras e Racializadas em Portugal (SaMaNe), Laura Brito e Eunice Nobre, do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, a investigadora Doutora Cristina Santinho, e do Grupo de Ativistas em Tratamento (GAT), William Gomes e Ana Montrond.

Os representantes da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., Dr. Bruno Castro e Daniel Resendes, apresentaram a sua organização e destacaram os projetos de saúde comunitária que estão a ser desenvolvidos. A ACES Lisboa Central, uma instituição pública de cuidados de saúde, atende a 308.821 utentes, dos quais 27%

não têm médico de família, incluindo 20% de origem estrangeira. A organização emprega 603 profissionais de saúde, incluindo 181 médicos, 60 médicos residentes, 171 enfermeiros, 139 técnicos de atendimento e administração hospitalar e 52 outros profissionais de saúde, abrangendo 13 juntas de freguesia.

A ACES Lisboa Central desenvolve diversos projetos, incluindo o "Walk with a Doc," em parceria com a USF da Baixa, um projeto que visa tornar a saúde e a felicidade acessível a todos, através de grupos de caminhada gratuitos liderados por médicos. Nestas caminhadas abordam-se tópicos atuais de saúde e permite que os participantes conheçam novas pessoas.

Outro projeto importante é o "bengalisboa Community Health" criado em 2016, que tem como objetivo melhorar os cuidados de saúde para a comunidade imigrante do Bangladesh em Lisboa, estabelecendo uma ligação entre esta comunidade e os profissionais do Serviço Nacional de Saúde, atenuando assim as barreiras culturais e linguísticas no acesso aos cuidados de saúde, promovendo um ambiente de cuidados transculturais baseado na empatia e respeito mútuo.

Adicionalmente, o projeto "Diabetes & Ramadão" disponibiliza recomendações para o controlo das diabetes durante o período do Ramadão, garantindo que os indivíduos possam ter um Ramadão em segurança. Além disso, a organização desenvolve outros projetos relevantes, entre eles, a "Prescrição Social Lisboa" e "What Health Diversity: Guiding Choices for Healthy Eating, Nutrition during Pregnancy and Early Years."

William Gomes e Ana Montrond apresentam o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Grupo de Ativistas em Tratamento (GAT) na área da saúde comunitária. O GAT dedica-se à promoção da saúde através da oferta de serviços eficazes de prevenção, rastreio e tratamento do Vírus da Imunodeficiência (VIH) e outras Infeções Sexualmente Transmissíveis, Hepatites Virais e Tuberculose. O foco do GAT é em pessoas que vivem ou viveram com essas infeções e as suas consequências, bem como em homens que fazem sexo com homens, pessoas que usam drogas, pessoas envolvidas em sexo comercial, migrantes, pessoas trans, não-binárias e aquelas em situação de sem-abrigo.

O GAT dispõe de uma variedade de serviços e atua em diversas áreas, incluindo:

1. Prevenção e redução de riscos.
2. Diagnóstico precoce e acesso aos serviços de saúde.
3. Tratamento.
4. Combate à discriminação e ao estigma.

5. Redução de danos relacionados ao consumo.
6. Apoio psicossocial.
7. Produção de conhecimento.

Foram identificadas algumas das barreiras no acesso à saúde, que incluem:

- Excesso de burocracia.
- Falta de conhecimento sobre a legislação vigente.
- Barreiras relacionadas à alfabetização digital.
- Dificuldades de comunicação, incluindo barreiras de idioma.
- Estigma e discriminação.
- Falta de compreensão do sistema de saúde português.
- Medo de deportação.

Para superar estas barreiras, o GAT sugere as seguintes estratégias:

1. Adaptação dos serviços para responder às necessidades das populações-chave.
2. Criação de ambientes informais para atendimento.
3. Integração de pares nas equipes de prestação de serviços e coordenação.
4. Capacitação dos funcionários para lidarem com os procedimentos burocráticos.
5. Familiaridade com diferentes idiomas.
6. Atendimento personalizado no sistema nacional de saúde.
7. Divulgação efetiva entre as comunidades-alvo.

Laura Brito e Eunice Nobre da Associação das Mães Negras e Racializadas em Portugal (SaMaNe) deram-nos a conhecer o trabalho da associação, cujo objetivo principal é a defesa dos direitos de mães racializadas e das suas famílias no acesso aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva. Embora o foco inicial tenha sido em mulheres

afrodescendentes, a associação adota uma abordagem inclusiva para todas as mulheres que enfrentam discriminação étnica e racial no sistema de saúde. Isso decorre do reconhecimento de que a mortalidade materna é mais alta entre mulheres negras e afrodescendentes em todo o mundo devido ao racismo estrutural, que se traduz em forma de negligência e violência obstétrica.

Recentemente, a associação publicou um relatório nacional sobre as experiências de mães negras e afrodescendentes em Portugal, obtendo 158 respostas, a maioria de mulheres portuguesas, mas também de imigrantes. Embora o acesso aos cuidados de saúde pareça estar disponível para todas as mulheres grávidas, o estudo destacou a presença de discriminação, como a negação de exames para imigrantes, falta de anestesia durante o parto e violência verbal e psicológica. Portanto, o acesso aos cuidados está marcado por episódios de racismo e discriminação, uma preocupação central da associação.

As mulheres migrantes enfrentam desafios adicionais, incluindo barreiras linguísticas e diferenças culturais, que podem afetar na procura de cuidados de saúde. O sistema de saúde não está adequadamente preparado para lidar com essa diversidade, o que afeta a procura aos cuidados e a comunicação entre utentes e profissionais de saúde.

Para superar essas barreiras, a SaMaNe acredita que é crucial promover a sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde em relação à diversidade cultural. Além disso, é importante aumentar a literacia em saúde nas comunidades migrantes e colaborar com entidades de saúde e organizações da diáspora para expandir as redes de apoio comunitário e promover os direitos sexuais e reprodutivos.

A associação está comprometida em auxiliar e incentivar as mulheres a procurarem os serviços de saúde e promover programas de formação para profissionais de saúde. No entanto, a associação enfatiza que a formação culturalmente competente deve ser integrada nos currículos universitários.

Em resumo, a Associação das Mães Negras e Racializadas em Portugal procura promover o acesso a cuidados de saúde de qualidade e culturalmente competentes para todas as mulheres, independentemente de sua origem étnica, reconhecendo a importância de sensibilizar os profissionais de saúde e aumentar a literacia em saúde nas comunidades migrantes.

A investigadora Doutora Cristina Santinho, na sua intervenção, destacou os determinantes sociais e culturais na saúde que limitam a integração da população migrante na sociedade portuguesa, tais como:

- Restrições linguísticas, devido ao uso limitado da língua portuguesa.
- Conhecimento insuficiente dos seus direitos e deveres como cidadãos.
- Processos de legalização longos e burocráticos.
- Empregos precários sem direitos (frequentemente explorados por empregadores sem escrúpulos).

- Limitações financeiras.
- Problemas de habitação: casas superfaturadas; muitas pessoas moram na mesma casa; falta de privacidade.
- Mobilidade extrema para encontrar melhores condições de vida.
- Dificuldades na validação e reconhecimento dos seus diplomas (médicos; jornalistas; empresários; engenheiros...).
- Influência da posição hegemónica do homem no casal, dependendo de fatores socioculturais.
- Dificuldades num cenário de consulta médica.

Além disso, o acesso à saúde para migrantes pode ser dificultado por fatores como:

- Escassez generalizada de mediadores socioculturais.
- Tradução indisponível ou inadequada às necessidades dos utentes.
- Falta de tempo para esperar por uma consulta devido a obrigações de trabalho e insegurança no trabalho.
- Medicamentos caros e às vezes inacessíveis.
- Outras nosologias sobre corpo, saúde e doença.
- Restrições de género (um homem só pode ser consultado por outro homem; uma mulher só pode ser consultada por uma mulher).
- Esgotamento

Por outro lado, existem desafios que os profissionais de saúde enfrentam ao lidar com migrantes:

- Durante a formação académica: falta de formação em ciências sociais e diversidade sociocultural na saúde
- Falta de competências de comunicação com o utente
- Falta de conhecimento da história de vida do paciente ou mesmo do histórico médico
- Falta de tempo na consulta clínica para ouvir o paciente
- Estereótipos culturais

-Racismo e xenofobia

A investigadora propõe possíveis soluções para melhorar o trabalho dos profissionais de saúde com os migrantes:

-Melhorar as competências sociais e culturais dos profissionais de saúde para tornar os serviços de saúde mais acessíveis e eficazes para pessoas de diversas origens e comunidades etnoculturais.

-Reconhecer linguagens múltiplas e complexas de sofrimento/angústias, pois há necessidade de compreender a pessoa para além dos sintomas, mas também para além da suposta cultura dela.

-Estar ciente das próprias regras institucionais e profissionais (e dos possíveis preconceitos por elas produzidos).

-Fornecer recursos para melhorar o acesso aos serviços e a possibilidade de explorar os sintomas de forma completa e com o tempo necessário.

A investigadora aponta ainda que a atenção sociocultural não é apenas uma escolha de indivíduos bem-intencionados, mas uma questão de organização e, acima de tudo, de política. Para que estas medidas sejam mais eficazes, a Doutora Cristina Santinho acredita que é necessário:

-Readaptação das unidades de saúde de forma a melhorar a acessibilidade e a comunicação (ex: acesso alargado aos trabalhadores, espaço disponível para crianças, especificidade de género sempre que necessário, intérpretes/mediadores culturais);

-A formação de profissionais de saúde (com noções de antropologia médica e social).

-Experimentar modelos-piloto de intervenção que integrem intérpretes/mediadores culturais.

-A generalização de tais modelos para os serviços de saúde.

-Promover a comunicação, a escuta e a compreensão atenta aos pacientes.

-Importância de ouvir o sofrimento dos pacientes e compreender os seus contextos socioculturais e históricos (a condição social relacionada com a migração é uma das mais poderosas).

-Importância de ver o paciente como indivíduo, prestando atenção às suas narrativas de doença e às formas de representar a dor e o sofrimento.

-Ter em conta as diferenças entre a visão dos pacientes e os pressupostos biomédicos, para negociar o tratamento.

-Reconhecer a importância de ver o paciente como indivíduos e considerar os seus contextos de vida e necessidade. Por exemplo, ele tem família, casa, emprego, dinheiro para comprar remédios (entre outras questões)?

-Facilitar a colaboração entre profissionais de saúde e os serviços sociais quando necessário.

Propostas de políticas públicas para melhorar o acesso à saúde dos migrantes:

-Assistência técnica personalizada para ajudar os migrantes a agendar consultas e garantir que eles tenham acesso a informações atualizadas sobre os serviços de saúde disponíveis.

-Implementar a presença de mediadores interculturais nos centros de saúde e hospitais para facilitar a comunicação e a compreensão entre profissionais de saúde e migrantes de diferentes origens culturais.

-Promover um sistema de feedback eficiente para que os migrantes possam reportar problemas de acesso à saúde, garantindo maior transparência e a rápida resolução dessas questões.

-A comunidade deve estar envolvida em campanhas de advocacy para pressionar os decisores políticos a adotar medidas que melhorem o acesso à saúde para a população migrante.

-Reduzir barreiras burocráticas que afetam o acesso à saúde dos migrantes.

-Tornar os salários mais atrativos e melhorar as condições de vida em Lisboa para atrair e reter profissionais de saúde, para assim superar a escassez de médicos.

-Facilitar programas de capacitação para profissionais de saúde, tanto em Portugal como nos seus países de origem, para promover a integração bilateral de conhecimento e experiência.

-Promover a coordenação e a partilha de informações entre profissionais de saúde, evitando a necessidade de os utentes repetirem seu histórico médico a cada consulta.

-Implementar serviços de teleconsulta com médicos de família para a realização de consultas online, de forma a melhorar o acesso aos cuidados de saúde.